



Posicionamento do Brasil Marista sobre Internacionalização na Educação Básica



BRASÍLIA/2023

Posicionamento do Brasil Marista sobre Internacionalização na Educação Básica



Expediente

CONSELHO SUPERIOR DA UMBRASIL

Ir. Deivis Alexandre Fischer (PMBSA) – Presidente
Ir. Adalberto Batista Amaral (PMBCN)
Ir. Antônio Benedito de Oliveira (PMBCS)
Ir. Rogério Renato Mateucci (PMBCS)
Ir. Dionísio Roberto Rodrigues (PMBSA)
Ir. Iranilson Correia de Lima (PMBCN)
Ir. Marcelo Bonhemberger (PMBSA)
Ir. José de Assis Elias de Brito (PMBCN)
Ir. Vanderlei Siqueira dos Santos (PMBCS)

DIRETORIA DA UMBRASIL

Ir. José Augusto Júnior
(Diretor-Presidente) – PMBCN
Ir. Ronaldo Luzzi (Diretor-Tesoureiro) – PMBCS
Ir. Marcelo Bonhemberger
(Diretor-Secretário) – PMBSA

SECRETARIA EXECUTIVA

Leonardo Soares

ÁREA IDENTIDADE, MISSÃO E VOCAÇÃO

Ir. José Aderlan Brandão Nascimento

COORDENAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PROJETO

Michelle Jordão Machado (UMBRASIL)

GRUPO DE REFERÊNCIA – INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL MARISTA

Michelle Jordão Machado (UMBRASIL)
Mariana Althoff Caio (PMBCN)
Luciana Sampaio Drumond (PMBCS)
Márcia Maria Rosa (PMBCS)
Loide Pereira Trois (PMBSA) – *In Memoriam*
Daniele Saheb Pedroso (PUCPR)
Jelson Oliveira (PUCPR)
Rodrigo de Andrade (PUCPR)
Marília Costa Morosini (Consultoria – PUCRS)

UNIÃO MARISTA DO BRASIL (UMBRASIL)

SGAS 615, Módulo C – Asa Sul
Brasília – DF – 70200-750
Telefax: (61) 3346-5058
www.umbrasil.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Posicionamento do Brasil marista sobre internacionalização na educação básica [livro eletrônico] / organização União Marista do Brasil (UMBRASIL). -- 1. ed. -- Brasília, DF : UMBRASIL, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88542-09-5

1. Educação - Aspectos religiosos 2. Educação básica - Brasil 3. Internacionalização 4. Maristas - Educação - Brasil 5. Professores - Formação
I. UMBRASIL, União Marista do Brasil.

23-147280

CDD-370.111

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação básica : Metodologia de ensino :
Educação 370.111

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	07
2. UMA ANÁLISE SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MARCOS GLOBAIS E NACIONAIS.....	09
2.1. MARCOS EDUCACIONAIS GLOBAIS	10
2.2. MARCOS EDUCACIONAIS NACIONAIS.....	14
3. CARISMA MARISTA E DIMENSÃO EVANGELIZADORA DA EDUCAÇÃO	19
3.1. PACTO EDUCATIVO GLOBAL.....	20
3.2. PROJETO EDUCATIVO DO BRASIL MARISTA	22
4. DIMENSÃO INTERNACIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MARISTA.....	24
4.1. PRINCÍPIOS DA DIMENSÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MARISTA	24
4.2. MODALIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MARISTA	29
BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO).....	41
FINALIZANDO.....	43
REFERÊNCIAS	44

1. Considerações Iniciais

O Brasil Marista, com base em estudos, reflexões e análise de cenários, apresenta seu posicionamento sobre a Internacionalização na Educação Básica.

Para atender esse desafio, parte-se do princípio de que a educação é o sustentáculo do desenvolvimento social, econômico e político de uma nação, e para que possa ser desenvolvida na sua plenitude, em um mundo complexo, em constante tensão, interdependente e em interconexão, a educação necessita propiciar a convivência para a paz fomentando ações de colaboração e bem-estar social coletivo, conforme a admoestação do Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum: “Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna”.

Dessa forma, reconhece-se que a Internacionalização é uma importante dimensão para uma educação de qualidade, reconhecida como um direito fundamental, para todos e todas, de forma equitativa e inclusiva, ao longo de toda a vida. A Internacionalização é um meio para o reconhecimento do valor da alteridade e o respeito à diversidade em um mundo marcado pelas diferenças, pela multiculturalidade, pela variedade de valores e crenças. Nesse sentido, é necessário articular educação, cultura e valores como traços de contextos diversos que têm relevância em nosso projeto educativo, afinal, “somos sujeitos, mentes, identidades culturais” e, assim, “aprendemos e nos tornamos humanos na cultura social e de nossos coletivos” (UMBRASIL, 2010, p. 104).

A Internacionalização possibilita aos educandos, educandas, educadores e educadoras o acesso a diferentes formas de pensar e dialogar de maneira mais ampla e holística com as sociedades nas quais vivem para, com isso, serem protagonistas de um modelo de escola que se irradia no seu entorno local, nacional e global. Quando se desenvolve a cidadania global na comunidade educativa, promove-se a produção de conhecimento e o direito de cidadãos e cidadãs de participar da tomada de decisões, oportunizando instrumentos de empoderamento com base em interesses globais e, assim, materializando a construção do bem comum pautado na solidariedade, na empatia e no cuidado com o mundo.

Para a pedagogia da Internacionalização, o ensino e a aprendizagem da língua estrangeira acontece por meio de uma multiplicidade de práticas e in-

tencialidades, nas quais temos que considerar o contexto social, multicultural, político, ideológico e econômico, pois quando se considera a Escola em seu cotidiano, seja na perspectiva da gestão, do currículo, das práticas, dos seus atores (gestores/as, professores/as e estudantes) e de toda a comunidade, reconhece-se que as ações educacionais não são exclusivamente dependentes da própria Escola.

Nesse sentido, entendemos que a vida na escola é influenciada pelo seu entorno, seja pela rede de ensino da qual faz parte, do município e/ou estado, do país e do mundo. Com base nesse cenário, a Internacionalização busca despertar no estudante essa consciência de diferentes espaços, povos, línguas e culturas, em vista da construção do conhecimento de forma abrangente e integrada, formando seres mais preparados para enfrentar o mundo e seus desafios, sendo mais críticos, *cidadãos conscientes de seu papel nos âmbitos local e global*. Dessa forma, é urgente tomar consciência a respeito do lugar que ocupamos no mundo: o que fazemos, o que produzimos, como consumimos são questões que necessitam de revisitação e transformação.

Na dimensão nacional, as novas políticas educacionais trazem diferentes exigências à educação e à *Internacionalização da Educação Básica no Brasil Marista*. Nesse processo, é preciso promover a abertura da Escola para o mundo, baseando-se no diálogo com as diferentes manifestações culturais, fundamentando-se em princípios éticos e cristãos que promovem a paz, a convivência fraterna e respeitosa e o protagonismo dos sujeitos da educação, integrando a dimensão internacional e intercultural. A Educação Marista, no mundo, constitui-se em um polo irradiador para o seu entorno, potencializando o desenvolvimento econômico social na perspectiva humanista.

A construção do presente documento expõe três dimensões. A primeira apresenta uma análise sobre a Internacionalização da Educação Básica em marcos nacionais e globais; logo a seguir, na segunda, examinam-se os princípios da educação cristã e, mais especificamente, da Educação Marista para, então, na terceira parte, apresentar a dimensão internacional no contexto da Educação Básica Marista.

Espera-se que as reflexões apresentadas neste texto contribuam para a qualificação dos processos educativos já iniciados e implementados nas escolas e unidades Maristas e para a compreensão dos desafios que envolvem o mundo contemporâneo e que exige uma resposta da educação em termos globais/internacionais.

2. Análise sobre a Internacionalização da Educação em Marcos Globais e Nacionais

A Escola habita, hoje, um mundo **conectado**. Contribui para essa interconexão o aprimoramento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que recebeu olhares atentos ao seu desenvolvimento com base nas necessidades educacionais impostas pela pandemia de COVID-19. Cada vez mais convivemos com diferentes culturas, o que torna (ou) imprescindível que compreendamos a dimensão da Escola no Mundo e/ou o Mundo na Escola. Não é mais possível que pensemos a escola e a formação dos educandos (sejam crianças, adolescentes, jovens ou adultos) sem a compreensão da necessidade de uma educação para a cidadania global e para a qualificação para o mundo do trabalho.

Importante frisar que é papel do professor trazer o máximo possível de informações variadas para a sala de aula, para que os alunos excluídos pelo sistema possam compartilhar de conhecimento muitas vezes limitado à classe privilegiada.

Esse é o contexto que a internacionalização da educação básica reforça e amplia com a compreensão do sistema mundo, de tal forma que o processo educativo não pode ser compreendido, se não analisamos as relações entre o **global**, **nacional** e institucional. Quando examinamos a Escola (perspectiva institucional), notamos como a educação básica sofre influência de diversas dimensões, da mesma forma que tem potencialidades para influenciar essas dimensões (KNIGHT, 2004). Nessa concepção, enquadra-se a relação global - local - global.

Embora seja necessário reconhecer que milhões de crianças e jovens encontram-se excluídos desses processos, fato evidenciado pela desigualdade de acesso e pelo analfabetismo digital (e-Accessibilidade e para o segundo de e-Competências), algo que foi evidenciado recentemente pela pandemia de Covid-19, que deixou muitos estudantes sem acesso à educação.

Lembre-se também que estar conectado não é tudo: há muitas escolas que têm um excelente acesso à internet, bons equipamentos, mas não contam com boas metodologias e nem sequer investem na formação docente para o seu uso e desenvolvimento. Tudo isso são desafios para a internacionalização.

Tais influências têm poderes sobre a Escola em diferentes graus, e se expressam em marcos educacionais *conceituais* e *normativos*. Os primeiros, não têm a força de uma determinação, de obrigatoriedade, mas exercem influência de forma indireta sobre os sistemas educativos. Via de regra, são proposições advindas de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em contrapartida, os marcos normativos são determinantes e suas proposições devem ser consideradas pelas escolas.

2.1. MARCOS EDUCACIONAIS GLOBAIS

Em nível internacional, o Brasil segue as orientações da Unesco, que integra a Organização das Nações Unidas (ONU), e tem como foco a educação. Sua preocupação se volta ao processo de aprender e propõe a construção de uma sociedade educativa, caracterizada pelo aprender a ser (1972), aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver (1996).

ONU - organização internacional com o objetivo de facilitar a cooperação em termos de direito e segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e da paz mundial

A partir de 2015, com a Declaração de Incheon, expressa na Agenda E2030, a ONU propõe o Desenvolvimento Sustentável para um mundo mais humano, consubstanciado em **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

ODS (ONU, 2015)

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.**
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Pela Agenda E2030 (UNESCO, 2016), ocorre a transposição do conceito de desenvolvimento sustentável (ONU) para a educação, resumido no ODS4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Com base principalmente nesse conceito da ODS4, as escolas Maristas assumem o compromisso de preparar para o exercício da cidadania em uma perspectiva inclusiva e concebida para todos que participam dos processos educativos, proporcionando a essas crianças e jovens uma formação integral e multicultural que formará cidadãos globais mais preparados com habilidades e competências para resolução de questões políticas, culturais, econômicas e ambientais da sociedade.

Na meta 4.7, fica claro a forte relação com o Desenvolvimento Sustentável 4,

Garantir que todos os alunos adquiram as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável ((ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 2015). (Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 28 jan. 2023)

No período entre 2015 até 2022, a Unesco buscou o aprimoramento dos fundamentos da educação, por meio do projeto “Os futuros da Educação” (2019) que propõe uma nova concepção de humanismo que abarque o “aprender a se transformar”. Entre as principais características, apontam-se: (1) cocriar (importância da criação de futuros com base na cooperação entre as partes, no qual exista a presença de objetivos comuns e similaridade de interesses); (2) a educação planetária (uma forma mais abrangente de humanismo, que respeita o ecossistema e suas interlocuções); e (3) a educação além do trabalho (educação que se estende para a capacidade de os estudantes sustentarem e defenderem estados viáveis, contribuindo para a manutenção de bens comuns).

[...] humanidad del planeta y de todos los demás seres vivos. Para procurar futuros sostenibles necesitamos abordar la desigualdad y mejorar la calidad de la vida humana sin poner en peligro a las generaciones futuras y los ecosistemas de los que formamos parte. También debemos considerar lo que significa ser humano en una era de rápida transformación tecnológica. La educación constituye una de las vías esenciales de las que nos servimos para reelaborar nuestras Educación regenerativa para 2050. (UNESCO, 2021a, p. 3)

Subjaz a esses movimentos da Unesco, a noção de **cidadão global**, para viver em um mundo interconectado e interdependente globalmente e para enfrentar os desafios da convivência em um mundo com a presença de múltiplas culturas. Cidadão global não implica uma situação legal, mas um sentimento de pertencimento, comprometimento e envolvimento cultural e socioambiental com os povos, costumes, recursos e lugares de todo o mundo ou de lugares do mundo que não representam a sua região natal. Isto é, um cidadão conectado com os cenários atuais a diversidade cultural existente no planeta.

Cidadania global. Refere-se mais a um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e à humanidade comum, bem como de promover um “olhar global”, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional. Também é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo. Nesse contexto, a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa. (UNESCO, 2015. p.14)

Para a formação do cidadão global, a Unesco propõe a Educação para a Cidadania Global (ECG), que desenvolve uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida, que começa na primeira infância e tem continuidade em todos os níveis de ensino da educação, bem como na vida adulta. Desse modo, pensar na formação do cidadão global é compromisso de todos: escola, família, comunidade. A ECG apresenta como habilidades:

- uma atitude apoiada por um entendimento de múltiplos níveis de identidade e o potencial para uma identidade coletiva que transcenda diferenças individuais culturais, religiosas, étnicas ou outras;
- um conhecimento profundo de questões globais e valores universais como justiça, igualdade, dignidade e respeito;
- habilidades cognitivas para pensar de forma crítica, sistêmica e criativa, incluindo a adoção de uma abordagem de multiperspectivismo que reconheça as diferentes dimensões, perspectivas e ângulos das questões;

- habilidades não cognitivas, incluindo habilidades sociais, como empatia e resolução de conflitos, habilidades de comunicação e aptidões de construção de redes (networking) e de interação com pessoas com diferentes experiências, origens, culturas e perspectivas; e
- capacidades comportamentais para agir de forma colaborativa e responsável a fim de encontrar soluções globais para desafios globais, bem como para lutar pelo bem coletivo. (UNESCO, 2015. p. 9)

As proposições educacionais globais advindas da Unesco direcionam a uma educação humanista para uma cidadania global.

2.2. MARCOS EDUCACIONAIS NACIONAIS

No Brasil, a educação é considerada o fator principal para o desenvolvimento da nação, bem como um direito humano. Tal afirmação está expressa em seus principais marcos normativos. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 205, a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988). Dessa forma, um processo de desenvolvimento de habilidades, de atitudes e outras formas de condutas exigidas pela sociedade. É um processo globalizado que visa à “formação integral de uma pessoa para atendimento às necessidades e aspirações de natureza social” (BRASIL, 1988, p. 144).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 -(BRASIL, 1996), nos Princípios e Fins da Educação Nacional, é claro o objetivo da educação para um desenvolvimento pleno do estudante preparando-o para o exercício da cidadania, além de sua inserção profissional.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o **pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (BRASIL, 1996)

O direito a uma educação de qualidade, na etapa Básica de ensino no Brasil está destacado no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014) (BRASIL, 2014), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre 2014 e 2024. Há uma preocupação com a garantia dos fins da educação para a redução das desigualdades, a valorização da diversidade e da equidade e a promoção ao acesso, a universalização do ensino obrigatório, e a ampliação das oportunidades educacionais.

No sistema educacional brasileiro, outros documentos reafirmam os fins de uma formação integral do educando incluindo não só o desenvolvimento e preparação para o trabalho, mas o desenvolvimento para o exercício da cidadania. Entre esses documentos, com foco na Educação Básica, merece destaque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (fixada pela Resolução nº 02/2017 do Conselho Nacional de Educação) e seus derivados.

A BNCC, com fundamento nos princípios definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, reafirma “EDUCAÇÃO É A BASE” e referência a construção dos currículos da Educação Básica nos Estados e Municípios, nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em suas competências gerais, confirma os fins dos marcos educacionais normativos, já apresentados, quanto a “formação do educando para a cidadania e para a qualificação para o trabalho”.

Os marcos normativos nacionais destacam a importância da formação do estudante. É nessa perspectiva que a BNCC apresenta o respeito e a promoção aos direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. É por meio do reconhecimento das emoções pessoais e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Nos princípios gerais da BNCC, aparece também o respeito à diversidade de saberes e experiências vivenciadas pelos sujeitos. Tais princípios gerais, que defendem o exercício da cidadania, têm a potencialidade de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

01

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

02

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

03

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

04

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

05

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

06

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

07

- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

08

- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

09

- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10

- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

De forma paralela, o sistema educacional brasileiro é eivado em suas finalidades da defesa do exercício da cidadania, da convivência pacífica entre as culturas, do respeito a diversidade e do compromisso ético. Os marcos normativos são transversalizados pela internacionalização como meio para o atingimento desses fins. A BNCC é iluminada por tal premissa.

Em contrapartida, a essa presença indireta/subjacente da internacionalização, nas normas educativas do país, não há um marco normativo sobre a “atuação do papel da Internacionalização no sistema educacional brasileiro”. Assim, é desafio para a Rede Marista do Brasil construir um marco conceitual que tenha potencialidades de promover reflexões sobre a internacionalização da Educação Básica no Brasil Marista.

3. Carisma Marista e Dimensão Evangelizadora da Educação

A educação evangelizadora é comprometida com a formação humana e tem a responsabilidade de colocar, no centro do processo educativo, o desenvolvimento para a cidadania cristã, que cultive a justiça social, a solidariedade, a ética e o protagonismo dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, preconizando a corresponsabilidade e a preservação do planeta.

O processo cultural, social e político favorece o espaço da produção de conhecimentos, saberes, valores e relações de poder. Levando em consideração essa premissa, as matrizes curriculares, adotadas nas escolas de Educação Básica do Brasil Marista, permitem o diálogo com os ensinamentos do evangelho, com os conhecimentos e contextos de vida locais e globais. Assim, o currículo é tecido pelo compromisso com o patrimônio cultural e intelectual da humanidade, pelos valores cristãos e pela constante construção de conhecimento do mundo contemporâneo. Nesse contexto, buscamos uma educação evangelizadora atenta à pluralidade das infâncias, adolescências, juventudes e vida adulta existente em nossas escolas.

A proposta curricular Marista apresenta possibilidade pedagógica para que, em diferentes *espaços-tempo* de educação, possamos materializar a pedagogia Marista em nossas unidades. Com isso, valorizando os contextos em que estamos inseridos, promovemos meios para a valorização das especificidades locais e inserção de nossa missão e identidade, ocorrendo por meio de *espaços-tempo* de:

- pastoral que articula fé, cultura e vida;
- investigação e produção de conhecimentos;
- criação;
- aprendizado político e ético;
- construção de projeto de vida;
- formação continuada dos profissionais da educação;
- avaliação contínua. (UMBRASIL, p. 54)

É importante entendermos que os múltiplos cenários globais se revestem de diferentes roupagens culturais e que, portanto, a educação evangelizadora procura desenvolver um ser humano que busque viver em comunhão pelos valores do Evangelho, dinamizados pela ação do Espírito presente em seu íntimo e nas diversas culturas.

O fundamental aspecto das práticas educativas como propósito evangelizador, visa integrar o rigor científico e excelência acadêmica, com a formação cristã, a cultura da solidariedade e da paz, a sensibilidade estética, a formação política e ética, as ações pastorais e a consciência planetária. Consolidando a formação integral de um cidadão atuante e carismático, envolvido de corpo, mente e alma com as relações humanas estabelecidas entre ele, o mundo, as pessoas e seus costumes.

3.1. PACTO EDUCATIVO GLOBAL

Evocando a imagem de uma aldeia nascida de um provérbio africano, na qual todos costumam ser responsáveis pela instrução e desenvolvimento uns dos outros, principalmente das gerações mais jovens, o Papa Francisco faz o convite à constituição de uma aliança que se configura como premissa para a reconstituição do tecido social fragmentado pela cultura do descarte e a consequente ausência de sentido da vida. Trata-se do Pacto Educativo Global, um movimento voltado à congregação de pessoas, instituições, governos e religiões em torno de objetivos comuns a um novo humanismo.

A proposta de um pacto não se configura como um descritivo ideal de atuação, tampouco um tratado sobre currículo, didáticas ou ferramentas metodológicas. Como bem descreve o Cardeal Maradiaga, “o Pacto não se impõe, mas oferece caminhos e detalha metas compartilhadas e universalizantes”¹. Define-se, portanto, como um acordo de cooperação na pluralidade, jamais monocultural ou centralizador; um manifesto de caminhada conjunta que supera isolamentos e preconceitos, abrindo-se à cultura do encontro, sem a qual torna-se impossível edificar novas relações econômicas, políticas e socioculturais voltadas a almejada ecologia integral descrita na encíclica *Laudato Si'*.

1 ORTIZ, Juan Antonio Ojeda; GARCÍA, Manuel Jesús Ceballos; RAMOS, Beatriz Ramírez. **Luces para el camino**. Pacto educativo global. Una educación de, con y para todos. Hacia una sociedad más fraterna, solidaria y sostenible. Madrid: PPC, 2020. p. 7.

Sob a égide das três coragens elencadas por Francisco² – a de colocar a pessoa no centro, a de investir os melhores recursos e a de formar para o serviço – esse pacto se adjectiva como educativo por conceber a educação como ferramenta eficaz de criação, reprodução e adequação de parâmetros civilizatórios. “Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna”³, afirma Francisco. Para isso, urge reinventar as formas de educar, chamando à responsabilidade todos os atores sociais: estudantes, docentes, famílias, intelectuais, governantes... É preciso superar modelos educacionais pautados pela “ditadura dos resultados”⁴ e pela competição, cuja excelência reside no *ter* e *fazer* egoísticos, retroalimentando sistemas sociopolíticos e econômicos meritocráticos e excludentes. Importa educar para o *ser*, tornando o *fazer* expressão da responsabilidade comunitária e o *ter* correspondência daquilo que é essencial ao ser.

O chamado à globalidade de um pacto pela educação reconhece que “a sociedade sempre mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos torna irmãos”⁵. Nesse sentido, a pactuação por uma nova perspectiva educacional implica necessariamente a suplantação das fronteiras que nos separam e geram indiferença, conclamando para isso cada pessoa, desde aquelas que habitam as periferias geográficas e existenciais até as que detêm poder sobre as grandes questões mundiais, aludindo ao fato que a ação humana sobre o mundo gera consequências que impactam a todos e todas, sem exceção, incluindo as gerações futuras e o mundo vivo extra-humano. Cabe, pois, reconhecermos-nos como habitantes corresponsáveis por uma mesma Casa Comum.

Por fim, o Pacto Educativo Global conclama à globalização da esperança, à oportunidade de gerar unidade na diversidade, ao reconhecimento mútuo, à tarefa de educar o ser para a conexão entre cabeça, coração e mãos, de forma

2 Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do pacto educativo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_messaggio-patto-educativo.html. Acesso em: 28 jan. 2023.

3 Idem.

4 Videomensagem do Papa Francisco aos participantes da Organização Internacional de Educação Católica (OIEC), 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190608_videomessaggio-oiec.html. Acesso em: 28 jan. 2023.

5 Papa Bento XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*, n. 19.

“que se pense em harmonia com o que se sente e se faz; que se sinta em harmonia com o que se pensa e se faz; e que se faça em harmonia com o que se sente e se pensa”⁶. Façamos acontecer!

3.2. PROJETO EDUCATIVO DO BRASIL MARISTA

O projeto educativo do Brasil Marista surge para assegurar uma educação de qualidade como direito social fundamental baseado na concepção Marista de educação. A educação Marista luta pela igualdade e justiça social. Marcelino Champagnat propôs uma pedagogia marcada pelo acolhimento, pelo cuidado e pelo respeito ao outro. Uma pedagogia vivida e constituída cotidianamente nas relações entre as pessoas conectadas no mundo. A presença, o amor, a verdade, a compaixão, a comunhão e a solidariedade são alicerces e valores essenciais de nossa educação evangelizadora.

O Projeto Educativo do Brasil Marista (UMBRASIL, 2010) ratifica seu posicionamento por meio dos seguintes princípios:

6 Papa Francisco. Discurso do Papa Francisco aos participantes na conferência da Federação Internacional das Universidades Católicas, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/november/documents/pa-pa-francesco_20191104_dirigenti-universita.html. Acesso em: 29 jan. 2023.

- 01 Educação de qualidade como direito fundamental.

- 02 Ética cristã e busca do sentido da vida.

- 03 Solidariedade na perspectiva da alteridade e da cultura da paz.

- 04 Educação integral e a construção das subjetividades.

- 05 Compromisso com as subjetividades e culturas (infâncias, adolescências, juventudes e vida adulta).

- 06 Multiculturalidade e processo de significação.

- 07 Corresponsabilidade dos sujeitos da educação.

- 08 Protagonismo infantojuvenil como forma de posicionamento no mundo.

- 09 Cidadania planetária como compromisso ético-político.

- 10 Processo educativo de qualidade com acesso, inclusão e permanência.

- 11 Currículo em movimento.

Esses princípios respeitam as diversidades culturais locais e globais, propõem uma outra organização espaço-temporal, na qual, a aproximação e o diálogo são formadores do conhecimento. A educação Marista insiste e potencializa a busca do realismo social e pedagógico com uma visão contextualizada do ponto de vista social, econômico, político-cultural e, finalmente, o escolar como um sinal dos novos tempos que urge para que nos tornemos seres humanos socialmente colaborativos.

4. Dimensão Internacional no Contexto da Educação Básica Marista

4.1. PRINCÍPIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL MARISTA

A Internacionalização é uma dimensão para a garantia da oferta educacional contemporânea e global de qualidade. O cerne é a formação do estudante e a **Qualidade** se expressa como direito fundamental, regida pela solidariedade na perspectiva da ética cristã, que potencializa a formação integral do educando para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e contribui para o desenvolvimento econômico e social e a paz no mundo.

A educação de qualidade implica na formação de educandos para um mundo interconectado e multicultural. Por isso, em suas nuances curriculares, precisa fortalecer o desenvolvimento de competências acadêmicas, ético-estéticas, tecnológicas e políticas, para, assim, contribuir com a visão Marista de educação para a formação de cidadãos globais.

É nesse contexto que o respeito as diferentes culturas, presentes no mundo e na escola, sentido amplo da **interculturalidade**, se destaca como princípio para atingir uma educação de qualidade.

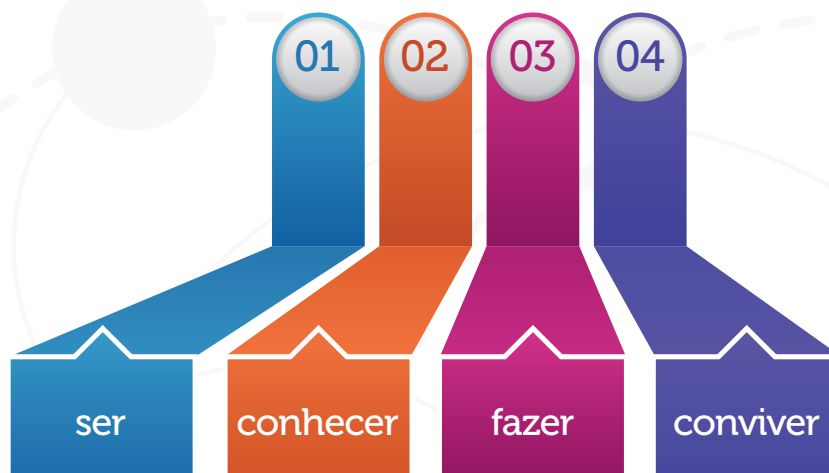
Interculturalidade: é a capacidade de se criar elos entre as várias culturas. A interculturalidade pode ter diferentes estágios (WALSH, 2009), que se expressam pela Interculturalidade relacional caracterizada pelo contato entre culturas diferentes, que oculta os conflitos, as relações de poder, os aspectos da colonialidade; pela Interculturalidade funcional, estágio em que se reconhecem as diferenças, mas essas não são problematizadas; e pela Interculturalidade crítica. Nessa não se ignoram os conflitos que emergem das relações de poder que, muitas vezes de forma silenciosa, anulam todas as tentativas dessa relação.

A interculturalidade, na educação, integra competências que vão além do desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Ela envolve o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao saber fazer e atitudes (fazer) em interagir com respeito com pessoas de diversas origens e etnias, preservando a identidade cultural de cada indivíduo.

A compreensão da interculturalidade na escola envolve um conjunto de conceitos, habilidades e competências que marcam uma educação humanista. Entre esses, o **Desenvolvimento Sustentável** (DS), compreendido como o desenvolvimento de estratégias necessárias para a manutenção da sustentabilidade real, permitindo o desenvolvimento orgânico das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (ONU, 1988). Para a área da educação, o ODS4 defende uma educação de qualidade, equitativa, inclusiva e ao longo da vida. Com isso, a interculturalidade na perspectiva dos DS e do ODS4 se preocupa com o olhar da população para o presente sem prejudicar o futuro e compreender que temos necessidades educacionais alinhadas aos diferentes contextos da vida de nossos estudantes.

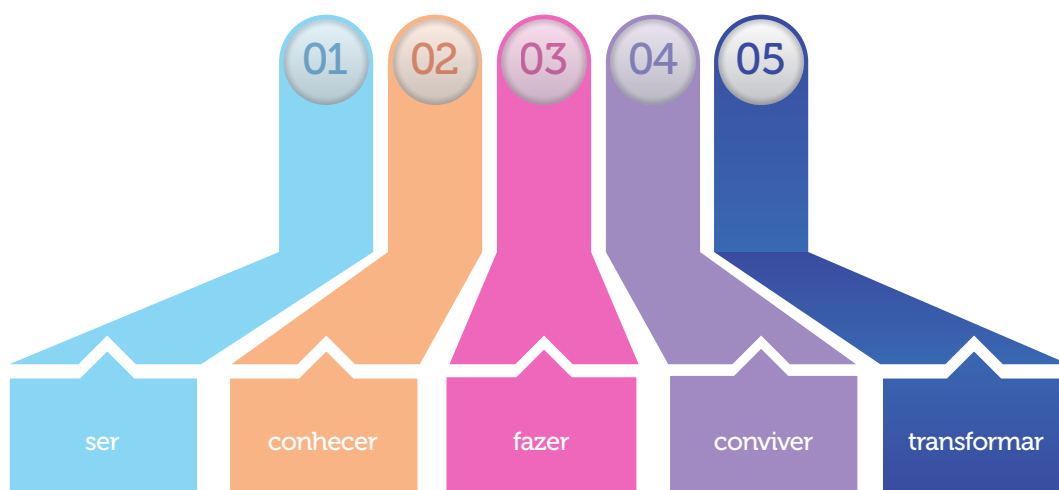
Segundo a concepção de uma educação humanista, a figura do educando e o seu processo de aprendizagem como cerne de um amanhã mais igualitário e inclusivo são determinantes. É tradição o reconhecimento que a educação humanista se apoia em quatro pilares que consideram:

O APRENDER A



O aprender que constitui o educando, que lhe abre as portas do conhecimento, que o ensina a fazer e o ensina a conviver com outros. Nesse século, esses pilares, diante da complexidade do mundo e das dificuldades cada vez maiores em pensar um cidadão que conviva em paz com os seus vizinhos, geograficamente tão pertos, estão sendo revisitados e ampliados. Parte-se para a proposição de um quinto pilar, que vem somar-se aos anteriores – **o aprender a se transformar**. Essa transformação tem no horizonte a construção de um mundo com fundamentos no Desenvolvimento Sustentável, marcado pela formação do educando que inclua o mercado de trabalho, mas pense mais além, em uma educação planetária, e construída de forma coparticipativa.

O APRENDER A



Na caminhada em defesa de uma educação propositiva diante do desafio de vivência em um mundo global e interconectado, a internacionalização é entendida como parte do esforço da Educação para a Cidadania Global (ECG), como meio para a formação de um cidadão, com competências promotoras de uma visão holística do mundo e de suas questões, do pensamento crítico, da defesa de valores universais e do diálogo colaborativo para a construção de um mundo de paz.

A **Educação para a Cidadania Global (ECG)**, conceito proposto pela Unesco e um dos pilares para atingir o Desenvolvimento Sustentável. A ECG se apoia em abordagens interculturais na escola como: a inclusão de assuntos relativos a perspectivas globais, multiculturais e de tópicos sobre questões éticas na globalização; o exame das práticas profissionais e sua variação em outras culturas; abordagem de diferentes formas de construção em outras culturas; comparação e contrastação de descobertas de pesquisas internacionais, multiculturais e transculturais; e abordagem de conteúdo para questões ambientais globais críticas:

- estimular alunos a analisar criticamente questões da vida real e a identificar possíveis soluções de forma criativa e inovadora;
- apoiar alunos a reexaminar pressupostos, visões de mundo e relações de poder em discursos “oficiais” e considerar pessoas e grupos sistematicamente sub-representados ou marginalizados;
- focar o engajamento em ações individuais e coletivas, a fim de promover as mudanças desejadas; e
- envolver múltiplas partes interessadas, incluindo aquelas que estão fora do ambiente de aprendizagem, na comunidade e na sociedade mais ampla. (UNESCO, 2015. p. 16).

A Internacionalização da Educação Básica, que atenda o princípio da qualidade na perspectiva de uma educação ética e cristã marcada na presença da internacionalização e da interculturalidade em toda a Escola, seja nos educandos, professores e demais profissionais da educação, tem como forma a internacionalização abrangente. Ou seja, uma internacionalização que não se restringe a aquisição linguística, mas que congrega a cultura material e imaterial e suas expressões, desde vestimentas, alimentação, danças e cantos, idiomas e seus artefatos, crenças e valores, elementos que são as bases da cultura. Derrubar barreiras e abrir horizontes de conhecimento cultural infinito é um dos pilares fundamentais da internacionalização. Portanto, o compromisso de internacionalizar a educação básica é um imperativo e uma responsabilidade de todos.

Assim a cultura da internacionalização se torna presente e viva no campus escolar. Sua constituição é um grande desafio, pois minimiza o princípio do etnocentrismo e se apoia no princípio da perspectiva cultural. Em outras palavras: é o respeito a cultura do outro e o reconhecimento que a cultura de origem não é a única correta. Trata-se do respeito à diversidade. No processo de internacionalização da Educação Básica, o grau de desenvolvimento da cultura da internacionalização no campus escolar é importante, pois fomenta um ambiente que pode facilitar e ou dificultar o desenvolvimento de competências interculturais nos educandos e em todos os profissionais da educação que convivem na Escola. A interculturalidade se expressa e se alimenta no/de seu entorno, seja local, nacional, regional e internacional. É a escola conectada,

articulada com o mundo. Ou seja, uma educação que se relaciona e atua na e com a sociedade. Nossa educação Marista prevê o desenvolvimento de uma consciência crítica aliada a uma mentalidade cristã que se inquieta, se interroga e se transforma.

O processo de internacionalização, sob uma perspectiva intercultural apresenta uma visão em que as vivências e interações dos estudantes com as experiências de aprendizagem e com os saberes e as experiências que os estudantes já possuem, colabora na construção do conhecimento e torna a aprendizagem significativa. Com isso, uma escola permeada pela internacionalização deve conter características da linguagem, do sistema educativo, das expressões artísticas, históricas, políticas e geográficas de uma ou mais culturas, para produzir uma imersão nos sujeitos que ali transitam, de modo que se naturalize a articulação entre aquilo que é nato (do lugar de nascimento), com aquilo que está sendo aculturado.

Desse modo, a internacionalização no Brasil Marista se consolida transversalmente nos currículos da Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) até o ensino Médio.

A internacionalização abrangente é [...] um compromisso, confirmado pela ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas através de missões de ensino, investigação e serviços de educação Molda o ethos e os valores institucionais e afeta toda a educação ... como um todo. É essencial que seja abraçado pela liderança institucional, gestores, corpo docente, estudantes e todas as unidades de serviço e apoio acadêmico. A internacionalização abrangente afeta não só toda a vida do campus, mas também as estruturas externas, parcerias e relações da instituição. (HUDZIK, 2011, p. 1-2)

Com fundamentos na dimensão internacional e nos princípios da Educação humanista entende-se a internacionalização da Educação Básica Marista como um processo de abertura da Escola para o mundo, com fundamento na ética cristã e no protagonismo dos sujeitos da educação para integrar uma dimensão internacional e intercultural na transformação da Escola, a fim de aprimorar a qualidade da educação para o desenvolvimento integral de todos os educandos, seu preparo para o exercício da cidadania planetária e sua quali-

ficação para o trabalho, constituindo a escola em polo irradiador o desenvolvimento econômico social e da cultura da paz. O intercâmbio de todo e qualquer tipo de informação referente a diferentes povos e culturas em sua integralidade deve ser fomentado e difundido dentro do âmbito escolar, para que o conceito de educação verdadeiramente global seja implementado e difundido.

Com isso, a Escola se torna um centro irradiador dos valores e princípios que nascem da internacionalização e não apenas um lugar de internacionalização. Embora a experiência concreta da mobilidade e dos intercâmbios seja sempre bem-vinda e deve ser incentivada, acredita-se que a internacionalização passa sobretudo pela abertura da escola para os problemas globais de nossa realidade e isso deve ser compreendido como parte do desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos/as, cuja meta é o respeito às diferenças como critério para a construção de uma cultura da paz. A escola, nesse caso, é o laboratório daquilo que desejamos que toda sociedade humana seja.

4.2. MODALIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MARISTA

A internacionalização da Educação Básica no Brasil Marista propõe a presença de múltiplas formas de internacionalização, no contexto da escola, das redes e dos sistemas de ensino. Em outras palavras: não há uma só forma de internacionalizar a escola. As diversas configurações para internacionalizar constituem-se em reforços para que a internacionalização seja plena e ocorra em toda a escola. A escolha de uma ou mais formas para que a internacionalização atue ativamente é dependente das condições das escolas e dos seus entornos, das relações entre países, dos meios financeiros disponíveis, dos estudantes, da comunidade, entre outros.

O processo de internacionalização da Educação Básica pode ocorrer principalmente, via mobilidade, via Internacionalização do currículo (IoC), e/ou internacionalização em casa (IaH), entre outras.

A mobilidade consiste em deslocamento físico do educando e/ou do professor para outro território geográfico diferente do seu com o fito de aprender. São movimentos para ambientes de alta intensidade de conhecimento, que favoreçam a atualização e incorporação de saberes, que estimulem a produtividade, a troca de ideias, as parcerias científicas e, também, que viabilizem a abertura de novas perspectivas de aproximação com outras pessoas e culturas

(LOMBAS, 2013). É pela mobilidade que estudantes e professores entram em contato com diferentes culturas, seus conhecimentos, práticas, suas crenças, valores, seus artefatos e suas formas de agir e falar etc.

A mobilidade é a forma mais conhecida de internacionalização, mas é a mais restrita em termos numéricos. Ela não abrange a internacionalização para todos os estudantes, ela está voltada a poucos estudantes. Dados de 2019 confirmam essa afirmativa, pois os índices de mobilidade acadêmica são baixos. No Brasil, a mobilidade in, registrava que somente 0,4% estudantes estrangeiros da educação superior estavam em nosso país e a outra, a mobilidade para o exterior, representava 1,4%, do total de estudantes internacionais.

Este século interferiu fortemente nas possibilidades de mobilidade acadêmica. A tradicional forma de internacionalização via mobilidade presencial se encerra no período pandêmico e a internacionalização cria/se adequa a novos processos de ensino- aprendizagem. Complementarmente, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação apoia essa transformação ao desenvolver uma larga variedade de formas, virtuais e/ou híbridas, de realizar os intercâmbios. Entre as mais conhecidas está o intercâmbio virtual (SATAR, 2022), termo amplo, ainda não muito definido, fundamentado na concepção de “Escola para Escola” e abarca a aprendizagem internacional colaborativa *on-line* (Coil), realizadas por estudantes/professores em parceria com outros estudantes/professores de culturas diversas.

O Collaborative Online International Learning (Coil) promove aos participantes a oportunidade de aprendizagem internacional e intercultural, mesmo com a permanência no local, permitindo que as vivências de contextos reais e distintos, durante o processo de formação, promovam a internacionalização e a interculturalidade. É um projeto que potencializa redes colaborativas entre as pessoas e instituições participantes, além de possibilitar o desenvolvimento de metodologias de inovação pedagógica no ensino e na pesquisa em educação. O Coil refere-se às experiências pedagógicas que proporcionam dinâmicas à distância interagindo com as instituições e/ou professores internacionais parceiros.

1. O enfoque é principalmente na interação e no diálogo interpessoal;

2. Os objetivos de aprendizagem incluem competências transversais tais como o desenvolvimento da consciência intercultural, literacias digitais, trabalho de grupo, etc.;

3. É dirigido principalmente pelo aprendente: seguindo a filosofia do diálogo onde os participantes são os principais destinatários e os principais motores do conhecimento;

4. A compreensão e sensibilização intercultural não são resultados automáticos do contacto entre diferentes grupos/culturas, e os programas de intercâmbio virtual abordam explicitamente a compreensão intercultural e o envolvimento com a diferença.

5. As iniciativas VE são geralmente integradas de alguma forma na aprendizagem formal dos estudantes; ou, pelo menos, a participação dos estudantes na atividade é proporcionada com alguma forma de reconhecimento acadêmico, quer seja sob a forma de notas, créditos ou distintivos.

É esta ênfase na aprendizagem formal que torna o VE particularmente adequado para ser implementado sob a égide das iniciativas de Internacionalização em Casa (IaH); embora o VE em si mesmo não seja sinônimo de IaH, pode ser um poderoso instrumento e catalisador no avanço dos esforços para internacionalizar os currículos em casa. (O'DOWD, R.: BEELEN, J., 2022)

Podemos citar também outras formas de internacionalização que se baseiam na virtualidade, como o intercâmbio de estudantes/professores para participar de cursos por período curto ou médio em escolas de outro país, a vinda de professores/estudantes internacionais para a escola local, a assistência de aulas on-line em escolas que não a de origem, a participação de professores internacionais em salas de aula locais, a comunicação entre grupos ou entre indivíduos (Tele-Tanden).

Internacionalização em casa ou internacionalização at Home (IaH), que difere de Homeschooling, é um processo de integração das dimensões internacional e intercultural, no currículo formal e informal, para estudantes em ambientes domésticos (JONES; BEELEN, 2015). A partir de sua escola, o estudante pode ter acesso ao conhecimento internacional, tendo contato praticamente com todas as partes do mundo e com suas culturas.

A IaH tem potencialidade de se estender a todo período em que o currículo se desenvolve, ou seja, a toda a formação do educando. A IaH se integra a todos os elementos do currículo como conteúdos, metodologias e avaliação. Assim, a IaH é factível para todos os estudantes da Educação Básica, envolvendo em suas ações todos os atores no processo e, durante todo o seu período escolar, desde a educação infantil até o ensino médio.

A IaH tem ainda potencialidades de democratizar a internacionalização da educação, pois atinge os estudantes de diferentes culturas de uma mesma sociedade e abrange tanto o espaço formal, como o espaço não formal de aprendizagem. Além disso, a IaH traz o reconhecimento da potência da diversidade para a formação dos indivíduos (BARANZELI *et al.*, 2021).

Na perspectiva de uma internacionalização para todos, a IaH teve um forte impulso com o desenvolvimento das TICs (tecnologia de informação e comunicação). No período pandêmico, a comunidade educativa ampliou suas competências para o mundo digital. Com a virtualização, a IaH aumentou a sua abrangência, tornou-se factível em todas as escolas. A sala de aula deslocou-se do tradicional ambiente escolar e passou a ocorrer em inúmeros espaços, pressionando os professores e gestores ao uso constante de tecnologias multirreferenciais. A apropriação das tecnologias digitais possibilitou a inovação das práticas pedagógicas e a construção de metodologias voltadas ao campo da aprendizagem internacional. Propõe-se, nesse momento, a IaH na perspectiva de escola para escola, de sala de aula para sala de aula, não importando a proximidade geográfica.

Para o sucesso da IaH, o engajamento dos professores e da escola é fundamental. As principais estratégias implicam em partir da própria escola e de grupos de professores, em um processo de conceituar o que é internacionalização; identificar quanto internacionalizado é o currículo da escola, respeitando os diferentes níveis da Educação Básica; identificar quais são as áreas com potencialidades de desenvolvimento para a internacionalização; e, com base nisso, propor a construção de um plano de ação para a internacionalização para todos.

Nessa mesma linha de ação, estudos vêm destacando três importantes estratégias para o desenvolvimento da IaH na escola:

- 01 Autoavaliação da internacionalização na escola. Para auxiliar indivíduos e/ou organizações a descobrir como vem ocorrendo a Internacionalização em Casa em seus contextos, fomentando a consciência dos princípios, estratégias e práticas de internacionalização.
- 02 Construção do currículo internacionalizado em casa. Para auxiliar professores e aqueles que desenvolvem currículos a desenharem currículos que possibilitem a reflexão e discussão de possibilidades para ampliar a aprendizagem a todos os estudantes. Pode-se utilizar como marcadores a identificação dos pontos fortes, oportunidades, aspirações e resultados.
- 03 Evidências da internacionalização em casa. Para auxiliar as escolas no registro e na comunicação dos processos de internacionalização em casa, fazendo com que as boas práticas sejam compartilhadas e os benefícios dessa perspectiva atinja todos os estudantes.

Internacionalização do Currículo (IoC)_- Na Educação Básica uma das formas que merece uma atenção especial é a Internacionalização do currículo escolar, por sua importância como um complexo articulador para a educação integral na organização da aprendizagem, seja via campos de experiência e/ou áreas de conhecimento. A BNCC premeia, nas competências gerais, a postulação de uma visão de mundo historicamente aberta a perspectivas internacionais e interculturais. Essa assertiva pode ser identificada via algumas citações diretas constantes em suas competências gerais como “[...] para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...] diversidade de saberes e vivências culturais [...] direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas; ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta”.

O posicionamento da BNCC em propor uma Educação Básica responsável pela educação planetária, que respeite a diversidade, os direitos humanos, a inclusão para uma sociedade justa e democrática, reflete a preocupação global expressa na evolução do conceito de IoC.

A IoC é conceituada, inicialmente, em 2015, como “[...] a incorporação das dimensões internacional, intercultural e/ou global nos conteúdos curriculares assim como nos resultados de aprendizagem, avaliações, métodos de ensino e serviços de apoio de um programa de estudos” (LEASK, 2015, p. 9). Com o desenvolvimento dos estudos sobre internacionalização e o destaque para a interculturalidade e a importância da educação para a cidadania global, a mesma autora amplia o seu conceito.

[...] Um currículo internacionalizado irá envolver os alunos com pesquisas baseadas em informações internacionais e com diversidade cultural e linguística, e com o propósito de desenvolver suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais. (LEASK, 2021, p. 43-44)

A IoC não é um fim em si, mas uma estratégia que apoiará os estudantes a tornarem-se mais conscientes da sua própria cultura, de outras culturas e da convivência com respeito a multiculturalidade. A IoC pressupõe o aprender a ser, o aprender a conhecer, o aprender a fazer e o aprender a conviver. Mas para a vivência no mundo contemporâneo, complexo e em permanente tensão, a IoC advoga o aprender a se transformar. Pressupõe uma aprendizagem que possibilite a adoção de uma perspectiva intercultural com base no respeito a todas as pessoas e à diversidade cultural.

O currículo internacionalizado se baseia no desenvolvimento de competências interculturais e na realização de múltiplas atividades que tenham como perspectiva a abertura para o mundo e que incluam estudos de caso, estudo de projetos e variedade de culturas diferentes; instâncias reais ou simuladas de negociação e comunicação intercultural; referência específica às questões interculturais na prática profissional; investigação de práticas profissionais diversas; referência específica ao conteúdo contemporâneo internacional e local; estudo de questões como justiça social, equidade, direitos humanos e questões sociais e econômicas; questões ambientais globais e críticas; questões éticas na globalização; práticas internacionais atuais; informação de como o conhecimento pode ser construído de forma diferente de cultura para cultura na área de disciplina; livros ou artigos internacionais recentemente publicados (CLIFORD, 2013).

A Internacionalização das atividades de ensino e aprendizagem, na perspectiva das metodologias: inclui experiências internacionais dos alunos; contatos e redes internacionais na área disciplinar/profissional; apresentações ou contribuições de palestrantes convidados com experiência internacional que abordem tópicos específicos do curso; foco em questões internacionais, estudos de casos internacionais ou exemplos; questões e problemas de uma variedade de perspectivas culturais, pelos alunos; relações de trabalho com colegas estudantes de diversas origens e culturas; *links* e redes eletrônicas, como grupos de bate-papo por *e-mail*, com alunos da disciplina em outros países; localização, discussão, análise e avaliação de informações de diversas fontes internacionais, pelos alunos; inclui exercícios de solução de problemas e/ou trabalhos de pesquisa com um componente internacional ou intercultural; trabalho de campo com organizações locais ligadas a projetos internacionais ou a projetos nacionais com enfoque intercultural; estágios/colocações em agências internacionais ou interculturais; atividades/tarefas de redação reflexiva, com foco em questões internacionais ou interculturais; simulações de interações internacionais ou interculturais; processos de pensamento usados na disciplina e discussão e análise de quaisquer aspectos culturais destes; construção cultural do conhecimento e práticas culturais cruzadas pelos alunos; inclui exemplos das várias posições de valor multicultural e suas implicações para o campo ou profissão; comparação e contraste das abordagens ao pluralismo cultural em diferentes nações e de suas implicações para os cidadãos e para a prática profissional na disciplina; exame das maneiras pelas quais interpretações culturais particulares de aplicações sociais, científicas ou tecnológicas do conhecimento podem incluir ou excluir, beneficiar ou prejudicar pessoas de diferentes grupos culturais; análise dos fundamentos culturais de abordagens alternativas à profissão/disciplina; análise das questões, metodologias e possíveis soluções associadas às áreas atuais de debate dentro da disciplina, a partir de uma variedade de perspectivas culturais; diferenças culturais e regionais em valores e suposições que afetam a disciplina e como elas podem impactar as ações dos indivíduos; pressupostos culturais em qualquer análise de possíveis respostas a questões éticas e sociais relacionadas à disciplina/área profissional; práticas profissionais comparativas e sua relação com o valor cultural.

Internacionalização da avaliação: inclui tarefas que exigem que os alunos comparem padrões locais e internacionais na área, sendo realizadas em ambientes profissionais internacionais simulados onde os alunos apresentam informações e obtém *feedback* de uma audiência “internacional” ou transcul-

tural variada; inclui uma série de projetos em grupo e individuais para que os alunos sejam avaliados por sua capacidade de trabalhar com os outros, de considerar as perspectivas dos outros e compará-las com suas próprias perspectivas; requer que os alunos reflitam sobre sua própria cultura e se envolvam com outras culturas; os critérios de avaliação relacionados às habilidades de comunicação intercultural precisam ser explicitados aos alunos; explica a relação dos critérios de avaliação com os padrões internacionais mais reconhecidos; torna os requisitos e critérios de avaliação explícitos e concisos; envolve os alunos na definição de seus próprios critérios de avaliação nas atividades de avaliação que vinculam os critérios aos objetivos do curso, especialmente aos objetivos internacionais; inclui o uso de avaliação por pares.

Com a expansão exponencial das tecnologias de informação e comunicação a internacionalização do currículo pode se efetivar por meio de simulações *on-line* contemplando culturas diferentes; grupos de discussão para explicar a própria perspectiva cultural e contrastar a sua com as perspectivas culturais de outros estudantes e professores; pesquisa sobre uma determinada profissão e suas tradições; grupos de tutoria *on-line* constituídos por estudantes de diferentes origens culturais, entre uma multiplicidade de formas comunicativas.

Essa multiplicidade de linguagens e tecnologias cria espaços de intencionalidade ativos e modais em constante construção e desconstrução conectados com os novos tempos. As tecnologias produzem respostas e interagem com o mundo escolar, inspirando novas problematizações e, conseqüentemente, saberes que produzem reflexões e posicionamentos críticos perante o mundo.

Ao se criar tempos e espaços mirando-se na emergência da cibercultura na educação e nas experiências com as diferentes linguagens, potencializa-se a construção de um cidadão global, ponto central no desenvolvimento dos estudantes do século XXI, e atinge-se os objetivos desafiadores cada vez mais complexos em um mundo globalizado. O termo “cidadão global” significa que todos têm os mesmos direitos independente de nação ou localidade. A identidade de cada indivíduo ultrapassa fronteiras políticas ou geográficas, pois mantém um diálogo direto com o princípio de humanidade, assim como a educação Marista está ligada aos desafios do multiculturalismo, das desigualdades, das diferenças e a uma pluralidade de perspectivas e experiências tanto em âmbito transcultural quanto internacional.

A proposta de WebQuest é construída com base nas teorias sociocultural, da inteligência coletiva e do aprendizado situado e nos conceitos de letramento digital e crítico. A análise da proposta da WebQuest (English and Citizenship) sugere que essa ferramenta possa ser uma alternativa ou complemento relevante para o ensino de inglês tradicional ou híbrido, na medida em que alia ao ensino de línguas uma perspectiva situada, contribuindo para o exercício de agência e do pensamento crítico do aprendiz no mundo globalizado e digital. Além disso, a WebQuest auxilia no desenvolvimento da competência linguística na língua-alvo, do letramento digital crítico e da cidadania do indivíduo.

A sala de aula internacional se caracteriza por metodologias ativas pelas quais o estudante é o protagonista de sua aprendizagem, na qual prevalece o ensino para a aprendizagem reflexiva em um ambiente multicultural; a criação de ambientes *on-line* produtivos para a aprendizagem e ensino. O currículo transformador busca a perspectiva intercultural e considera a transformação de uma perspectiva da procura de vantagens individuais pela consideração das necessidades da sociedade em nível local, nacional e global. Essa atitude requer mais do que a responsabilidade individualizada dos professores, mas uma mudança na orientação do objetivo das instituições de ensino, sua missão e funções. Dentro dessa concepção, o ensino Marista busca sempre estimular o trabalho interdisciplinar por meio de variados projetos fomentando essa troca de informações globais e essenciais para o desenvolvimento pleno do ser verdadeiramente internacional.

Na IoC, um dos componentes imprescindíveis é a linguagem para a internacionalização. As competências gerais da BNCC destacam “4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo”.

Não basta, no mundo interconectado, dominar somente a língua oficial brasileira. A língua inglesa é a língua franca, segundo a legislação do nosso país. É transversal a todas as outras línguas. A Escola necessita o domínio da língua inglesa, não só para o ensino do inglês, mas, em um patamar de médio prazo, ampliar a sua abrangência no ensino-aprendizagem ao ensino dos campos de experiência e áreas de conhecimento.

O domínio de idiomas possibilita o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências globais qualificadoras para a inserção ao mercado de trabalho internacional. Mas em um patamar mais amplo, possibilita o desenvolvimento de competências para o exercício do diálogo colaborativo entre diferentes povos, o exercício da cidadania marcada pelo pensamento crítico, propiciado pela visão holística do mundo e de suas diferentes culturas, que contribuem para a defesa de valores universais.

As Competências acadêmicas da Matriz têm como objeto de estudo as relações linguísticas e interculturais da língua-alvo para serem desenvolvidas por meio da compreensão e apropriação de signos ou sistemas de signos em diversos gêneros textuais, fazendo uso dos principais elementos constitutivos da estrutura textual.

Já as competências ético-estéticas devem dialogar com manifestações culturais de diferentes povos, compreender e interagir com uma variedade de textos e opiniões.

As competências políticas desenvolvem o emprego da língua estrangeira em diferentes situações de comunicação como instrumento de interação; como também envolver-se em atividades colaborativas que envolvem negociação, identificar na leitura aspectos, contextos e comunidades da vida em Língua Estrangeira Moderna (LEM) e organizar apresentações informações e ideias de diferentes temas comparando perspectivas e experiências.

E, por fim, as competências tecnológicas que devem desenvolver a apropriação e o emprego do sistema de signos para se comunicar e explorar novos saberes e mídias em língua estrangeira, assim como ampliar o conhecimento de tecnologias que fundamentam a comunicação e que facilitam a integração e interação ser-sociedade-tempo.

A comunicação internacional não se restringe à língua inglesa. O Brasil, país continental, tem diferentes dialetos presentes em sala de aula dependentes da localização geográfica da escola e do espaço na qual está inserida. Aprender diferentes idiomas, compreendendo que idioma integra a cultura, é fundamental para o desenvolvimento de uma visão de mundo aberta e democrática.

O Brasil integra a América Latina, território de domínio dos idiomas espanhol e português, e faz fronteira com 10 países da América do Sul, num total de 16.885,7 km. Ao norte, Suriname, Guiana, Venezuela e Guiana francesa, a noroeste, Colômbia, a oeste Peru e Bolívia, ao sudeste, Paraguai e Argentina e ao sul, Uruguai. Nesses países, a grande maioria é de fala espanhola, e convive ainda com 305 etnias indígenas e 274 línguas. O processo civilizatório brasileiro tem suas raízes em indígenas e africanos, bem como portugueses, ampliado pelo processo imigratório, no século XIX, por alemães, italianos, suecos e muitas outras correntes. É uma riqueza étnica constituidora de um território multicultural e plurilinguístico. Mais recentemente, a perspectiva de refugiados, migrantes e apátridas, de diversos países vêm contribuir para o plurilinguismo.

Nesse contexto, o bilinguismo é condição desejável para a internacionalização da Educação Básica, mas o plurilinguismo está presente e remete à multiplicidade de perspectivas culturais, permitindo o entendimento de um conjunto de conhecimentos, crenças e valores que caracterizam o entorno escolar. A exposição a outras línguas permite a reflexão sobre a própria língua e abre a mente para o exercício da cidadania.

A qualidade da escola em contextos globalizados é marcada pela internacionalização, via intercâmbio estudantil e docente, e/ou currículos internacionalizados e em um estágio mais aprimorado via redes colaborativas que são elementos transversais a qualquer forma de internacionalização.

As **Redes colaborativas** constituem-se em ferramentas para a internacionalização da Educação Básica Marista. O desenvolvimento da cultura digital e o contexto de isolamento presencial durante a Pandemia de Covid-19 propiciou a alta valorização das redes colaborativas para a circulação do conhecimento em nível global, sejam interinstitucionais e/ou internacionais.

Para saber mais, acessar a champagnat.global

Não existe uma fórmula única para a configuração de uma rede. Constitui-se em um conjunto de nós interconectados (Menteges, 2022). Pode ser formada por pessoas, estudantes, educadores, gestores, elementos da comunidade, redes de ensino, associações etc. As ligações acontecem sem forma predefinida e se estabelecem por meio de relações entre professores, alunos, gestores, rede de ensino etc., e com base na capacitação constante de estudantes e professores em abordagens analíticas inovadoras. A liderança e a proatividade são determinantes para que as redes colaborativas sejam criadas e se consolidem. As inter-relações que se estabelecem propiciam a apropriação de conhecimentos e práticas sobre as diferentes culturas e se apoiam no engajamento dos sujeitos no processo colaborativo. Nesse contexto, os Espaços Multirreferenciais de Aprendizagem em Redes Colaborativas são fundamentais para a contribuição das redes à internacionalização. A educação *on-line* e/ou híbrida abriu as portas da escola ao mundo e vem democratizando o processo de uma Escola intercultural que possa ser inclusiva, equitativa e ao longo da vida.

Nas premissas da educação internacionalizada de qualidade para o século XXI, a concepção que promova o desenvolvimento de saberes e fazeres, em que o conhecimento possa estar a serviço de um mundo em mudança, a figura do **professor** e dos demais profissionais da educação é fundamental. Essa afirmativa não pode ser considerada isoladamente, mas em um círculo virtuoso e complexo que envolve todo o processo formativo do educando para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho.

A formação para a docência internacionalizada deve ser compreendida como um processo contínuo e permanente, que abrange tanto a formação inicial do professor como a formação continuada. O professor é o agente formador de conhecimento e cultura e o seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural merece um cuidado especial para que possa mediar o desenvolvimento de aprendizagens essenciais.

Ambas as formações estão orientadas pelas legislações basilares brasileiras: a BNC-Formação e a BNC - Formação Continuada, e estão baseadas em três eixos: conhecimento, prática e engajamento. Esses eixos estão interconectados e cada um alimenta o outro em uma espiral contínua: na perspectiva da internacionalização, o conhecimento da diversidade expresso em uma epistemologia multicultural se revalida na prática local, mas com abertura para o mundo, que por sua vez revigora o conhecimento formativo. A atitude engajada do professor que envolve a contextualização local, nacional e internacional, nesse círculo, possibilita a ampliação do conhecimento e da prática na perspectiva da internacionalização.

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO)

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

Fonte: Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

No **conhecimento**, o professor necessita dominar os conteúdos buscando a ampliação de seus saberes na perspectiva internacional e intercultural. Isso implica no reconhecimento da diversidade cultural e de diferentes contextos internacionais para que o educando, por meio do conhecimento, possa ter uma visão do mundo e de suas diferentes formas de compreensão e, dessa maneira, abrir-se a novos horizontes.

Na ampliação do conhecimento, o processo formativo na etapa da educação superior é fundamental. No Brasil, a maioria dos cursos de graduação, nas licenciaturas, não prepara para o ensino em língua estrangeira. A preparação ocorre voltada à área específica de conhecimento, mas não ao desenvolvimento de competências de ensino dessa área em língua estrangeira. Ou seja, o professor de pedagogia ou das linguagens (língua portuguesa, arte, educação física), matemática, ciências da natureza, ciências humanas (geografia e história) e ensino religioso dominam o ensinar em língua portuguesa, mas não o ensinar da sua área de conhecimento em língua estrangeira. Da mesma forma, as graduações em idiomas estrangeiros o fazem para o ensino do idioma da

qual é egresso, mas não para o ensino de diferentes campos de experiência e áreas de conhecimento, no idioma no qual é formado. O pedagógico não abarca essa formação.

Esse descompasso entre as etapas de formação e exercício profissional, ou seja, entre a formação na Educação Superior e o exercício profissional na Educação Básica, vem sendo um dos fatores que dificulta a internacionalização da Educação Básica. Para isso, precisamos investir em formação profissional contínua e de qualidade.

No eixo da prática, o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo internacionalizado. Metodologias ativas e que possibilitem o contato com outras culturas, suas crenças e valores, suas expressões comunicativas são possibilitadores de uma prática que tensione o etnocentrismo e conduza para a relatividade cultural. Em outras palavras, o conviver se apoia no respeito as outras culturas e no reconhecimento da diversidade cultural.

No fortalecimento da cultura da internacionalização na rede Marista de Escolas Básicas no Brasil, a rede e as instituições educativas poderão promover e incentivar a formação de redes de aprendizagem docente interinstitucionais e internacionais que qualificam a formação docente para a internacionalização.

No terceiro eixo situa-se o engajamento. Na pedagogia da internacionalização se faz necessário pensar estratégias que garantam um engajamento com base na interculturalidade, no reconhecimento da diversidade e no respeito as diferentes culturas presentes no mundo e na Escola e que tenha a possibilidade de refletir-se em todos os níveis da Educação Básica desde a educação infantil, o ensino fundamental – anos iniciais e anos finais até o ensino médio.

Para atingir os eixos do conhecimento, da prática e do engajamento, em perspectiva de uma formação docente para a internacionalização, o professor da Educação Básica deve ser incentivado a buscar formação complementar, tanto em nível de graduação como em nível de pós-graduação, da mesma forma que a Rede Marista e as escolas promovem formação complementar, em uma perspectiva de educação corporativa, que lhes possibilite contribuir para o desenvolvimento no espaço educativo da cultura da internacionalização.

Em outras palavras, que lhe qualifiquem no desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e interculturais para a compreensão de um mundo complexo, competitivo e diverso. A convivência em sala de aula com a diversidade cultural, e em alguns casos internacional, representa um desafio para os professores que precisam “questionar a eficácia de seus próprios princípios e abordagens de ensino em relação a um grupo extremamente heterogêneo”.

Nesse processo formativo, o compartilhamento de práticas exitosas já desenvolvidas na rede é fundamental, e os educadores são protagonistas no processo de difusão da internacionalização na escola e, para tal, as redes de aprendizagem docente que envolvem experiências exitosas e possíveis, mesmo que não sejam reconhecidas como internacionalizadas, mas no cerne o são, contribuem para o desenvolvimento de competências interculturais.

Finalizando

A proposta de um processo de internacionalização da Educação Básica, aqui explicitada sem o intuito de ter esgotado o assunto, tem como fundamento uma concepção de formação integral do/a educando/a não desconsiderando a importância da formação para o trabalho e a participação cidadã. As potencialidades da construção de janelas para o mundo, com uma visão educadora de respeito e convivência intercultural se fazem presentes. Essa postura se funda e se interrelaciona com os princípios de uma Educação Evangelizadora Marista centrada na concepção de educação integral. A educação é um meio de formação e transformação das mentes e dos corações das crianças, adolescentes e jovens na direção de um mundo melhor, marcado pela equidade e respeito à diversidade. Deseja-se que esse posicionamento institucional contribua para a reflexão da importância da internacionalização da Educação Básica e que propicie o surgimento de contribuições educativas que reflitam a riqueza do local em um contexto de trocas internacionais.

Referências

ALMEIDA, J.; ROBSON, S.; MOROSINI, M.; BARANZELI, C. Understanding internationalization at home: perspectives from the Global North and South. **European Educational Research Journal**, 18(2), 2019, p. 200-217. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474904118807537>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ATIAH. Curriculum Framework for Internationalisation your university experience, 2018. Disponível em: <https://research.ncl.ac.uk/atiah/outputs/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BEELEN, J.; JONES, E. Redefining internationalization at home. *In*: CURAJ, A.; MATEI, L.; PRICOPIE, R.; SALMI, J.; SCOTT, P. (ed.). **The European higher education area: between critical reflections and future policies**, 2015. p. 67-80.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CLIFFORD, V. (2013). **The Elusive Concept of Internationalisation of the Curriculum**. Oxford: Oxford Center for Staff and Learning Development, Oxford Brookes University.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

FAURE, Edgar *et al.* (ed.). **Aprender a ser**: la educación del futuro. Madrid/Paris: Alianza Editorial; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1973.

FRANCISCO. **Papa. Carta Encíclica Laudato Si' . Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2020.

HUDZIK, J. **Comprehensive internationalization**. Washington, DC: NAFSA, 2011.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**. Sage Publications, v. 8, n. 1, Spring, 2004, p. 5-31.

LEASK, B. Internacionalização do currículo: evoluindo em direção à educação 4.0. *In*: MOROSINI, M.; CASSOL, C. do; FARIA, C.; WIHTSED, C. **Internacionalização da educação superior**: práticas e reflexões do Brasil e da Austrália. Porto Alegre: EdPucrs, 2021. p. 37-76.

LOMBAS, M.L. de S. **A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento: efeitos de uma política pública no Brasil**, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF, 2013.

MENTGES, M. J. **Internacionalização e organização em rede: Uma proposta para a Rede Internacional Marista de Educação Superior**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MOROSINI, M. (org.). **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EdPucrs, 2019.

MOROSINI, M. O desenvolvimento sustentável como cerne das proposições da UNESCO. **Revista Educação**. Santa Maria: EdUFSM, 2022.

MOROSINI, M.; MENTGES, M. J. Organismos internacionais e educação superior: proposições da agenda E2030. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 632-650, 2020.

MOROSINI, M.; NEZ, E. Teacher education and internationalization at home. *In*: PETERS, M. (ed.). **Encyclopedia of teacher education**, 2020. p. 1-6. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-13-1179-6_406-1. Acesso em: 28 jan. 2023.

MOROSINI, M.; WOICOLESCO, V.; NEZ, E. Por uma pedagogia da internacionalização da educação superior. *In*: MOROSINI, M.; CASSOL, C. do; FARIA, C.; WIHTSED, C. **Internacionalização da educação superior: práticas e reflexões do Brasil e da Austrália**. Porto Alegre: EdPucrs, 2021, p. 119-149.

O'DOWD, R.; BEELEN, J. Virtual exchange and internationalization at home: navigating the terminology. *In*: EAIE – European Association of International Education. Disponível em: <https://www.eaie.org/blog/virtual-exchange-iah-terminology.html>. Acesso em: 22 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Paris: Unesco, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *In*: BRITO, R. de O. (org.). **Internacionalização da educação básica e superior**: desafios, perspectivas e experiências. Brasília, 2020.

Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/11/internacionalizacao-da-educacao-basica-e-superiorweb.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Los futuros de la educación**: aprender a transformar-se. set. 2019 – ago. 2020. Paris, c2019a. Disponível em:

<http://unesco.org/futuresofeducation>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SATAR, M. (ed.). **Virtual exchange: towards digital equity in internationalisation**. Voillans: Researchpublishing.net. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14705/rpnet.2021.53.97824900579552022>. Acesso em: 28 jan. 2023.

UMBRASIL. **Projeto Educativo do Brasil Marista: nosso jeito de conceber a educação básica**. Brasília: UMBRASIL, 2010.

